

Distribuição restrita aos

Classificação :

Gabinetes e Secretário-Geral

Distribuição :

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação J Notícia Periodicidade J

Dia 13-11-75 Pág.(s) 1-3 Tendência política _____

PRIMEIRO-MINISTRO DEU MINIVOLTA AO MINHO

**LURDES PINTASILGO PREOCUPADA
COM A EXCESSIVA BUROCRACIA**

F.N. 13.11.75 p.1

Maria de Lurdes Pintasilgo terminou ontem uma rápida visita ao Alto Minho, durante a qual foi acompanhada por vários membros do seu gabinete, com o objectivo de ouvir directamente das populações os seus problemas e os seus anseios, e pode dizer-se que a primeiro-ministro levou «o sacco cheio» para Lisboa. (Página 3)



Fundação Cuidar o Futuro

**FORCEM A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
A LEGISLAR SOBRE REGIONALIZAÇÃO
—pediu Lurdes Pintasilgo aos autarcas do Alto Minho**

Terminou ontem a visita-relâmpago da primeiro-ministro e da uma equipa de membros do Governo ao Alto Minho, sem que o programa previsto tenha sido concluído, por falta de tempo e devido a um súbito agravamento das condições

meteorológicas. Neste seu contacto com as populações daquela região do país, Maria de Lurdes Pintasilgo pôde verificar serem muitas as carências por elas sentidas, e em especial no que toca a cuidados de saúde e à habitação.



continua

Estes dois assuntos foram insistentemente citados nas comunicações dos presidentes das Câmaras que, durante três horas, estiveram reunidos com o primeiro-ministro no Governo Civil de Viana do Castelo. Presentes à reunião o ministro dos Assuntos Sociais, eng.º Bruto da Costa, o ministro adjunto do primeiro-ministro, Teresa Santa Clara Gomes, o secretário de Estado da Cultura, dr. Hélder Macedo, o secretário de Estado da Administração Regional e Local, dr. Silva Penedo, e o subsecretário de Estado adjunto do Ministério da Agricultura e Pescas, eng.º Lima de Carvalho, e ainda o governador do distrito, dr. Oliveira e Silva.

A comitiva governamental esteve nos estaleiros navais de Viana, onde contactou a gerência e a comissão de trabalhadores, verificando haver uma correspondência entre ambas para o relançamento e fortalecimento da empresa e da

actividade, que é «das mais significativas da nossa economia».

De tarde foi visitada Paredes de Coura, tendo a chefe do Governo visto a situação difícil em que se encontra o hospital, instalado num edifício velho e em mau estado de conservação, onde a humidade se infiltra nas paredes e segundo dizem por vezes até chove lá dentro, um hospital sem apetrechamento suficiente, sem médicos nem enfermeiros. Continua a chamar-se hospital porque ainda lá tem doentes...

A população de Paredes de Coura, apesar da chuva que então desabava em força, «foi ver e ouvir a mulher que nos governa», e aqueles que «invadiram» os Paços do Concelho levavam «na manga» uma reivindicação: «Queremos o Pavilhão». Um pavilhão gimnodesportivo havia sido uma das questões apontadas pelo presidente da Câmara na reunião horas antes, afirmando ser aquele o único concelho onde não existe semelhante infraestrutura, apesar de haver uma verba orçamentada e projecto e tudo pronto para o arranque

da obra. Autorização é que ainda não existe.

Barreiras de ordem burocrática, as «montanhas de papéis», já no dia anterior haviam sido apontadas como a causa do impasse em inúmeras realizações que representam aspirações (e portanto necessidades) das gentes que estão afastadas geograficamente das zonas de poder. Maria de Lurdes Pintasilgo teve ensejo de voltar a lembrar que «temos uma mediação entre a ideia e a acção, que é uma carregada máquina administrativa, que fomos criando e que fomos empolando», justificando depois as dificuldades que o próprio Governo enfrenta no seu desejo de rápida solução dos problemas.

Um rol imenso de problemas

«Ponte de Lima é o concelho que produz mais leite. Pro-

duz mais leite do que o leite do mo vinho verde. E não temos um veterinário. Não temos apolo de espécie alguma». E vieram mais lamentos: «O sistema de agricultura aqui é primitivo»; «Sementes não são seleccionadas»; «Os técnicos não existem».

Durante toda a reunião dos presidentes de Município com o primeiro-ministro descreveram-se situações incríveis, que dão uma ideia muito clara das dificuldades com que se debatem os concelhos, as freguesias, as localidades de todo o país. As dificuldades do Alto Minho são uma amostra das de todo o país. Os membros do Governo tomaram nota delas. Allás, foi para isso que se deslocaram à região.

Quando o rio Lima enche, a água entra no Ciclo Preparatório, impedindo as aulas e danificando o material. «Já há muito tempo que isto foi dado a conhecer ao Ministério da Educação e ainda não nos deram qualquer resposta».

Em Ponte de Barca o ensino funciona em três edifícios, um dos quais em ruínas e outro é particular, sobre o qual existe uma ordem de despejo. Neste concelho prolonga-se a ques-

tão da abertura de uma fronteira, que já teve parecer favorável do governo espanhol ao contrário do de Lisboa.

Lurdes Pintasilgo interveio: «O nosso problema de fronteiras tende a agravar-se. Não podemos aumentar as nossas trocas comerciais com as fronteiras que temos», adiantando que se tem de esperar pela formação da Assembleia da República pois só ela se pode pronunciar, indicando o rumo a seguir neste assunto.

Em Vila Nova de Cerveira acontece ter havido projectos recusados por serem «demasiado modestos», e, depois de reformulados para não serem tão modestos, a aprovação do governo central não aparece. Isto, segundo o presidente da Câmara denunciou, prejudica as populações que não vêm os seus problemas resolvidos, nem com iniciativas «modestas» nem com nenhuma.

Em Viana do Castelo sede do distrito, a Câmara está em risco de fechar, por não ter funcionários em número suficiente, apesar de haver a promessa de desvio de funcionários de Vila do Conde e de Barcelos para lá. De acordo com o seu presidente, o problema da Câmara é ainda muito grave.

A falta de quadros técnicos ou de técnicos de qualidade foi um dos pontos mais focados no decorrer daquela reunião, não só para o sector administrativo mas sobretudo para os campos da agricultura,

e da indústria. Estes problemas financeiros das autarquias. A lista é longa e é-nos impossível registar aqui todas as intervenções e todos os problemas (alguns espantosos) que foram divulgados, por mera questão de espaço.

Complementaridade de competências

O eng.º Lima de Carvalho referiu, a dada altura, o que significa a regionalização: «Fazer uma transferência do poder central para a região, e para que não haja outro poder central na região, aí então fazer-se a descentralização».

Após ter afirmado que é necessário um esforço de adaptação a esta nova forma de viver e de administrar, a fim de se ultrapassarem todos os problemas que aparecem, frisou: «Há dissemetrias regionais, com modificações grandes de local para local, que terão de ser compensadas, para se criar um sistema harmónico de modo a que se prescindia do poder central, sob pena de se ferir de morte a regionalização». Maria de Lurdes Pintasilgo acrescentaria

alguma coisa a estas considerações, ao dirigir-se aos presidentes de câmara no final da reunião. Disse, por exemplo, que a «Constituição é um todo coerente, mas falta-lhe uma peça fundamental: a legislação relativa à regionalização».

Afirmou o primeiro-ministro que a sobreposição de 45 regiões torna as coisas ingovernáveis ao nível administrativo, tendo pedido às câmaras municipais que exerçam toda a pressão possível sobre a futura Assembleia da República para que ela dê absoluta prioridade à legislação sobre regionalização, sob pena «deste Governo ou qualquer outro, no futuro» cometerem arbitrariedades.

A chefe do Executivo chamaria a atenção para o facto de não ser só necessária «a delimitação de competências, mas a complementaridade de competências entre a administração central e a administração local». Lembrou acerca das disponibilidades financeiras e aludiu às competências das autarquias que «estamos a funcionar com um orçamento cuja estrutura e bases vêm de 1933 nessa altura ajustado a um país pequeno, que precisava de um forte poder central».

Acentuou Lurdes Pintasilgo que há imperiosa necessidade que as pessoas que foram in-

(CONTINUA NA PAGINA 191)



CONTINUA



Maria de Lurdes Pintasilgo esteve nos estaleiros animadoras dos operários pois contam hoje, de trabalhadores lhe fez chegar as perspectivas navais de Viana do Castelo, onde a comissão séguindo-se a um período difícil, um «presente tranquilo e um futuro promissor».

LURDES PINTASILGO ESTEVE NO MINHO

Fundação Cuidar o Futuro

(CONTINUADO DA 3.ª PAGINA)

vestidas em qualquer tipo de poder assumam essa responsabilidade, para que a resolução dos assuntos não seja travada pela burocracia, ilustrando com o ridículo de um documento, que uma vez lhe surgiu, com sete assinaturas elevando o assunto «à consideração superior». A mesma responsabilidade foi apontada para os

conselhos de gerência das empresas públicas, da qual o Governo não é a «supergerência» recordando que o Estado é apenas o seu proprietário e não o seu gerente.

Este último ponto era uma resposta a um pedido de intervenção junto da Electricidade de Portugal, EP, para resolução do problema de energia em Ponte de Lima, onde a distribuição feita é de 160

volts, enquanto as lâmpadas públicas funcionam a 145 volts as particulares chegam a não acender, os aquecimentos não funcionar, os electrodomésticos a avariarem-se, contra a disposição da empresa de cortar o fornecimento a quem não pagar.

